



A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO PAUTA NOS EVENTOS DE MATEMÁTICA: UMA ANÁLISE DOS TRABALHOS SUBMETIDOS AO 7º EMAP

Samuel Evandro de Souza Silva¹ • José Elves Gomes Moura² • Maria Valéria Gomes da Silva³ • Alessandra Almeida do Carmo⁴

Eixo 3 – Educação Matemática e Diversidade Sociocultural

Resumo: O presente estudo discute a presença da temática *Educação Inclusiva* nos trabalhos submetidos ao 7º Encontro de Matemática do Agreste Pernambucano (EMAP), reconhecendo a relevância do tema diante do crescente número de estudantes com necessidades educacionais específicas nas instituições de ensino. O objetivo central consistiu em analisar os anais do evento, identificando produções que abordaram temas inclusivos, destacando seus enfoques predominantes e evidenciando lacunas existentes no debate acadêmico. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, contemplando a seleção e análise dos artigos, relatos de experiência e oficinas disponíveis nos anais do 7º EMAP. Foram estabelecidos descritores específicos relacionados à inclusão e à diversidade para a identificação dos trabalhos. Posteriormente, realizou-se a categorização das produções conforme os eixos temáticos do evento, permitindo verificar tendências e distribuições. Os resultados da investigação revelaram que apenas uma parcela reduzida das submissões esteve voltada à Educação Inclusiva, indicando um cenário de baixa representatividade do tema no evento. Entretanto, embora a essa abordagem ainda não ocupe espaço de centralidade nos debates da Educação Matemática, observa-se um movimento de ampliação gradual.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Educação Matemática; Formação de Professores, EMAP.

1 Introdução

A Educação Inclusiva tem se tornado uma pauta cada vez mais debatida em eventos educacionais, ao decorrer dos anos, após a luta de movimentos que buscaram a inclusão da pessoa com deficiência dentro contexto escolar. O conceito de educação inclusiva foi sendo difundido e tornando-se mais abrangente, visibilizando assim as minorias e promovendo maior equidade dentro da sala de aula.

¹ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) • Graduando • Caruaru, Pernambuco (PE), Brasil • samuel.evandro@ufpe.br • ORCID 0009-0001-0401-6945

² Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) • Graduando • Caruaru, Pernambuco (PE), Brasil • elves.gomes@ufpe.br • ORCID 0009-0006-2817-3159

³ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) • Graduanda • Caruaru, Pernambuco (PE), Brasil • maria.valeria@ufpe.br • ORCID 0009-0004-6690-8772

⁴ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) • Graduanda • Caruaru, Pernambuco (PE), Brasil • alessandra.carmo@ufpe.br • ORCID 0009-0002-2607-1213





Atualmente, o ambiente escolar recebe uma quantidade maior de alunos com necessidades educacionais específicas, isso foi dado após a implementação de novas leis, resultando no acesso à educação por uma parcela da população que anteriormente não tinha nem o direito à escolarização assegurado. Diante dessa nova realidade, é fundamental que os professores adotem metodologias que promovam uma aprendizagem igualitária e não excludente, garantindo à turma, ferramentas para um desenvolvimento integral. Nessa perspectiva, Silveira, Silva e Mafra (2019) defendem que

Só há falar em educação inclusiva quando as diferenças não forem vistas como problema, mas como diversidade, quando todas as pessoas aprenderem em um mesmo contexto escolar, oportunizando uma maior integração e ampliação da visão de mundo a todos os educandos. (p. 2)

Partindo desse princípio, a abordagem inclusiva deve ser ainda mais priorizada especialmente nas disciplinas de Matemática, nas quais se observa de forma recorrente, uma resistência significativa por parte da maioria dos estudantes. Portanto vê-se a necessidade de fazer esse assunto presente na formação de professores, podendo ser discutido em eventos de Educação Matemática, para que ao se deparar com a sala de aula, os futuros professores tenham estratégias de como se adaptar aos alunos, pois segundo Rodrigues (2010, p. 85) o cenário é de “professores, que sem preparo, não sabem como lidar com o novo e vão fazendo a inclusão *conforme dá*, sem saber se o que estão fazendo está incluindo ou não.”

Para a análise deste assunto, o evento escolhido foi o Encontro de Matemática do Agreste Pernambucano (EMAP) que acontece atualmente a cada dois anos na Universidade Federal de Pernambuco - Campus do Agreste O 7º EMAP, realizado no ano de 2023 denominado *MatemáticaS: Tecnologias, Sustentabilidade e Inclusão*, foi escolhido para objeto de estudo por ter sido a última edição realizada antes desta escrita.

O presente artigo tem objetivo de analisar os anais do 7º EMAP, realizando um levantamento de quais trabalhos abordaram as temáticas da Educação Inclusiva, apontando quais foram as tendências e enfoques presentes nos trabalhos estudados, destacando também as possíveis lacunas encontradas.

2 Referencial Teórico

A Educação Inclusiva parte no enfoque do direito de um ensino que garanta condições necessárias para a aprendizagem de todos os estudantes, a partir da eliminação





de barreiras que dificultam a promoção da acessibilidade, da inclusão social e da valorização da diversidade.

Esses princípios estão inscritos na Declaração de Salamanca (1994), documento internacional da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelecem políticas e práticas para a educação especial, ao promover uma educação de qualidade, acolhendo a todos independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e entre outras.

Por ocasião da promulgação da Constituição Federal de 1988, definida em seu tópico para o ensino como direito fundamental para todos, a Educação Inclusiva passou a ter um maior respaldo legal. Ao serem introduzidas na conjuntura brasileira outras leis para o asseguramento dessa importante vertente, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), foi abordado a inclusão de todos os estudantes no meio educacional por meio de mecanismos capazes de promover a igualdade e a pluralidade nas instituições.

Ademais, a implementação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 estabelece um capítulo específico referente à Educação Inclusiva. Nela, são ressaltadas normas para garantir o ensino para todos, fornecendo serviços de apoio para estudantes precisam de algum nível de suporte. Além disso, a lei estabelece que as instituições assegurem currículos capazes de combater práticas excludentes, com foco na formação de professores inclusivos, devidamente capacitados para lidar com as especificidades dos alunos (Libâneo, Oliveira e Toschi, 2012).

Em virtude das diretrizes, novas políticas e programas foram sancionadas pelo governo brasileiro, com a finalidade de proporcionar uma melhor qualidade do ensino para os estudantes. Os autores Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) apontam esses avanços na obra *Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização*:

A atual política de educação inclusiva conta com alguns programas, tais como o de salas de recursos multifuncionais, o de adequação de prédios escolares para acessibilidade e o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial. Há ainda o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, de 2003, que busca qualificar gestores e educadores para a criação de sistemas educacionais inclusivos. [...] A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi aprovada em 2008, em documento oficial e com emenda constitucional. O documento conceitua sobre seus destinatários: as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (p. 367-368).





No que diz respeito ao ensino inclusivo, ele é comumente associado a educação especial, conforme revela os autores Martins, Silva e Sachinski (2020). Sobretudo, a Educação Inclusiva é um conceito mais amplo, uma vez que ela aborda a valorização da diversidade em sala de aula, envolvendo questões sociais, culturais, étnicas-raciais, de gênero e vários outros aspectos que gerem a integração dos educandos. Já a educação especial está voltada especialmente para pessoas com deficiências cognitivas ou motoras, bem como aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem ou superdotação (Uchôa; Chacon, 2022).

Vale salientar que matemática é uma ciência exata de grande importância para o desenvolvimento da vida das pessoas em todos os sentidos. Essa área está presente nos pequenos detalhes do cotidiano, e no ambiente escolar, ela ajuda os estudantes a desenvolverem o pensamento lógico e crítico, capacitando a interpretação e resolução de problemas do dia a dia e os preparando para viverem em sociedade. Segundo Halmenschlager (2001, p.14), “a matemática, na maioria das escolas, ainda é concebida como um conjunto de técnicas, um conhecimento pronto e acabado, que é transmitido para os alunos de forma mecânica e acrítica”.

Com base nos argumentos do autor, torna-se evidente que a ministração das aulas de forma não crítica é o principal motivo que gera nos alunos esse efeito negativo de exclusão e repreensão quando estão estudando algum conteúdo matemático. Por consequência, essas aulas não se tornam eficientes, uma vez que o professor como principal mediador pedagógico não buscou por práticas inclusivas capazes de transformar essas questões que negligenciam a subjetividade de cada aluno. Segundo Passos, em suas análises dos estudos de Skovsmose (1994), a matemática deve ir além dessa técnica isolada, se tornando um instrumento de reflexão sobre o mundo, sendo relacionada com as normas e práticas sociais (Skoysmose *apud* Passos, 2008).

Por meio da Etnomatemática, D’Ambrosio (2005) complementa essa teoria ao destacar que o saber matemático não está aprisionado a maneiras que os tornam monólito, pois assumem formas plurais conforme os contextos socioculturais dos alunos, assumindo o papel essencial para a construção de práticas pedagógicas inclusivas e com vastos significados culturalmente.

Ademais, autora Mantoan (2015) ressalta que a inclusão em contextos educacionais se efetiva pela sistematização de procedimentos transformadores, e para





isso, há uma necessidade de estudos que articulem a prática e teoria. Nesse sentido, produções acadêmicas sobre o ensino da matemática de forma inclusiva possuem um papel fundamental para o avanço na área, uma vez que a partir dessas investigações desenvolve-se novas metodologias que contribuem para ampliação da temática e orientam a comunidade escolar.

3 Metodologia

A presente pesquisa adotou uma abordagem de metodologia qualitativa, tendo em vista que seu desenvolvimento foi realizado com base na interpretação da análise de dados presente nos artigos. Sendo assim, essa investigação é de caráter observacional levando em consideração a identificação dos principais temas e os padrões no material analisado.

Além disso, para realização deste estudo foi utilizado como base metodológica a revisão bibliográfica, uma vez que este recurso possibilita reunir, organizar e interpretar o conhecimento já produzido sobre o tema investigado. Esse tipo de revisão oferece um panorama consistente das contribuições de diferentes autores, permitindo compreender o estado atual das discussões e identificar lacunas que justificam o desenvolvimento do estudo. Nesse sentido, Prodanov e Freitas (2013, p. 131) discorrem que:

[...] amplo levantamento das fontes teóricas (relatórios de pesquisa, livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses), com o objetivo de elaborar a contextualização da pesquisa e seu embasamento teórico, o qual fará parte do referencial da pesquisa na forma de uma revisão bibliográfica (ou da literatura), buscando identificar o “estado da arte” ou o alcance dessas fontes.

Ademais, o primeiro passo para a construção desta pesquisa bibliográfica foi a definição de qual edição do Encontro de Matemática do Agreste Pernambucano faria parte do objeto de estudo e serviria como fonte para a coleta de informações. Optou-se pela sétima edição do evento, a partir da qual foram coletados os artigos disponíveis em seus Anais.

Em seguida, realizou-se um levantamento dos trabalhos publicados, a fim de selecionar aqueles que apresentavam relação com a temática da Educação Inclusiva. Para isso, foram estabelecidos como critérios de seleção os seguintes descritores: educação inclusiva, inclusão escolar, matemática em contextos inclusivos, educação matemática e inclusão, questões étnico-raciais e diversidade. A partir dessa seleção, procedeu-se à





análise dos artigos com o objetivo de identificar os principais temas abordados e os grupos sociais mencionados.

3 Análise de Dados

O 7º EMAP teve um total de 105 trabalhos publicados, que foram divididos em 5 eixos temáticos, sendo esses: Eixo 1 – Práticas de Ensino da Matemática; Eixo 2 – Educação Matemática e suas interfaces com diferentes áreas de conhecimento; Eixo 3 - Educação Matemática; Eixo 4 - Tecnologias digitais da informação e da comunicação, cibercultura e ensino a distância e suas relações com a Educação Matemática e diversidade sociocultural e Eixo 5 - Formação de Professores.

A partir dos títulos e resumos, foi realizada uma investigação com o objetivo de reconhecer trabalhos com a temática inclusiva que foram submetidos como artigos, relatos de experiência ou oficinas. Os trabalhos separados para o estudo deste artigo, serão apresentados na tabela a seguir.

Quadro 1 – Trabalhos selecionados para o estudo

TÍTULO DO TRABALHO	EIXO TEMÁTICO	MODALIDADE
ENSINO DE MATEMÁTICA INCLUSIVA POR MEIO DO JOGO PROBABILICARD: UM ESTUDO DE CASO EM UMA TURMA DO PRIMEIRO MÓDULO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Eixo 1 – Práticas de Ensino da Matemática	Artigo
O USO DE JOGOS COMO RECURSO PEDAGÓGICO E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DOS LICENCIANDOS PARTICIPANTES DO PIBID PARA PRÁTICAS INCLUSIVAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA	Eixo 1 – Práticas de Ensino da Matemática	Resumo Expandido - PIBID e Residência Pedagógica - Matemática/CAA
POTENCIALIZANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A SINFONIA ENTRE PIBID E JOGOS MATEMÁTICOS	Eixo 1 – Práticas de Ensino da Matemática	Relato de Experiência
UMA ANÁLISE DAS APRECIÇÕES DE PROFESSORES DE AEE SOBRE UMA PROPOSTA DE ATIVIDADE DE MATEMÁTICA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO COLABORATIVO	Eixo 1 – Práticas de Ensino da Matemática	Artigo





O ENSINO DA MATEMÁTICA PARA EDUCANDOS COM TEA: UM ESTUDO REALIZADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO SERTÃO PERNAMBUCANO	Eixo 2 – Educação Matemática e suas interfaces com diferentes áreas de conhecimento	Artigo
AQUENDANDO SABERES: A DIVERSIDADE NA AULA DE MATEMÁTICA	Eixo 3 - Educação Matemática e diversidade sociocultural	Oficinas
EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRIUNFO-PE	Eixo 3 - Educação Matemática e diversidade sociocultural	Artigo
EXPLORANDO A RIQUEZA CULTURAL E AS ORIGENS DOS JOGOS AFRICANOS: EXPERIÊNCIA DIDÁTICA COM JOGOS TRADICIONAIS AFRICANOS NO ÂMBITO DO PIBID NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIANA DE LOURDES LIMA	Eixo 3 - Educação Matemática e diversidade sociocultural	Artigo
TRABALHANDO A MATEMÁTICA INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL II	Eixo 3 - Educação Matemática e diversidade sociocultural	Relato de Experiência
POSSIBILIDADES DAS PRÁXIS PEDAGÓGICAS EM PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	Eixo 5 - Formação de Professores.	Artigo

Fonte: Acervo dos autores (2025)

No total, soma-se 10 trabalhos que abordam educação inclusiva, representando cerca de 9,5% das submissões do evento, uma quantidade ainda baixa considerando-se a importância desse assunto, expondo assim um carência de representatividade inclusiva no meio acadêmico. O eixo 1 e o eixo 3 ficam empatados, sendo os que mais receberam trabalhos dentro da temática inclusiva, com 4 trabalhos publicados cada, enquanto no eixo 2 e 5 foi encontrado unicamente 1 trabalho em cada eixo.

Em geral, dos trabalhos selecionados para estudo, percebe-se que 6 deles possuem *Educação Inclusiva* ou *Inclusão* em seus descritores, sendo três artigos e três relatos de experiência, já dos trabalhos que o tema não estava em evidência em seu título, foi preciso





a realização de uma análise mais aprofundada do conteúdo escrito, para uma compreensão mais clara de quais eram seus objetivos.

Seguindo a análise, o eixo 4 foi o único não recebeu nenhum artigo abordando temáticas inclusivas, porém percebe-se a existência de uma potencialidade dentro do assunto tecnológico abordado nesse eixo, que poderia facilmente apresentar artigos que relacionem práticas pedagógicas com o uso de meios digitais e práticas inovadoras para promover integração de toda a turma. As Tecnologias Assistivas na educação, por exemplo, representam um dos diversos subtemas que poderiam ser trabalhado, segundo pesquisadores dessa temática

uso da TA pode tanto servir para o recrudescimento do poder, das desigualdades e da marginalização social, quanto para o reforço de práticas inclusivas, solidárias, diversificadas e de participação social, considerando a diferença enquanto expressão da vida e singularidade humana (Conte; Ourique; Basegio, 2017, p. 3).

Outro eixo que poderia dispor de mais trabalhos nessa temática seria o eixo 5, que recebeu apenas um artigo. Tal ausência de trabalhos que conversem inclusão com formação de professores pode ser justificada pela Educação Inclusiva não ser um tema pertinente nas disciplinas obrigatórias ofertadas nos cursos de licenciatura do Centro Acadêmico do Agreste, fazendo com que o assunto continue negligenciado.

Um estudo feito por Dias e Silva (2020), que tomou por base o currículo de 11 cursos de licenciatura, analisou suas disciplinas relacionadas a uma abordagem da Educação Inclusiva em uma Universidade Pública do estado da Bahia aponta que

A ausência de disciplinas que abordem a educação inclusiva nas universidades impossibilita um debate fundamental, sobretudo nas licenciaturas, visto que o número de matrículas de alunos com deficiência nas classes regulares vem crescendo significativamente. Assim, tal ausência reforça, além dos mecanismos de exclusão, a justificativa de que os professores não são formados para atuar na educação das pessoas com deficiência. (Dias; Silva, 2020).

Convém frisar que o enfoque predominante entre os trabalhos investigados foi sobre o uso de materiais concretos, que de forma geral trouxeram a ideia de como os jogos adaptados permitem ao professor abordar o assunto de uma maneira em que a maioria dos alunos possam compreender e se interessar pelo que está sendo demonstrado. Pontuamos que 40% dos trabalhos estudados se referem a inclusão dentro dessa perspectiva. Temas como *Diversidade sexual* e *Étnico-racial* também tiveram seu destaque através de artigos e oficinas.





A partir desse levantamento de dados, compreende-se que diante da insuficiência de trabalhos voltados para as ideias defendida neste estudo, diversas temáticas não foram mencionadas nas discussões trazidas para o 7º EMAP. Porém vale salientar que assuntos como a inclusão de alunos Surdos, com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e deficientes visuais, será uma demanda que os futuros docentes precisarão suprir no ambiente escolar.

5 Conclusão

Com o desenvolvimento da pesquisa, constatou-se a escassez de trabalhos direcionados à área da Educação Inclusiva no 7º Encontro de Matemática do Agreste Pernambucano. Todavia, observa-se que, nos últimos anos, o debate acerca da inclusão tem se intensificado, sobretudo em virtude da necessidade de preparar futuros docentes para atender às demandas educacionais específicas dos estudantes inseridos no sistema de ensino. Nesse sentido, o referido evento contribuiu de forma relevante ao possibilitar a divulgação de produções que dialogam com essa temática.

Desse modo, os resultados obtidos a partir da análise dos dados evidenciam que a comunidade acadêmica ainda não tem conferido a devida notoriedade ao tema. Entretanto, verifica-se que de maneira progressiva essa problemática está sendo incorporada ao processo de formação inicial docente. Por conseguinte, ressalta-se a importância de que eventos voltados para a Educação Matemática, como o EMAP, estimulem a submissão de pesquisas que articulem Educação Inclusiva e Matemática, a fim de promover maior visibilidade e incentivar discussões acerca da questão.

Conclui-se, portanto, que a investigação realizada evidenciou o caráter ainda emergente dessa abordagem na licenciatura em Matemática, o que reforça a necessidade de maior difusão e valorização no meio acadêmico. Assim, torna-se perceptível a urgência de ampliar a compreensão dos licenciandos sobre o tema e de inseri-lo de forma consistente em suas produções científicas, de modo que a inclusão se consolide como uma prática efetiva na formação docente, e não apenas como uma exigência legal a ser cumprida.

Referências





BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: CF, 1988.

BRASIL. *Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e dá outras Providências. Brasília: Diário Oficial da União, 13 jul. 1990.

BRASIL. *Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRITO, Fred; SILVA, Jéssica. Uma análise das apreciações de professores de AEE sobre uma proposta de atividade de matemática na perspectiva da inclusão: possibilidades para o trabalho colaborativo. *In: Encontro de Matemática do Agreste Pernambucano, 7., 2023, Caruaru. Anais [...]. Even3, 2024.*

CONTE, E; OURIQUE, M; BASEGIO, Antonio. Tecnologia Assistiva, direitos humanos e educação inclusiva: uma nova sensibilidade. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, MG, n. 33, P. e163600, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/xY3m8QFyHQwXzfXykFHfYFH/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 21 de ago. de 2025.

D'AMBRÓSIO, U. Sociedade, cultura, *matemática e seu ensino*. *Revista Educação e Pesquisa*, v. 31, p. 99-120, mar. 2005. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ep/article/view/27965>. Acesso em: 15 ago. 2025.

DIAS, V; SILVA, L. Educação Inclusiva e formação de professores: o que revelam os currículos dos cursos de licenciatura?. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, BA, v. 16, n. 43, p. 406-429, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2178-26792020000700406&script=sci_arttext, Acesso em: 21 de ago. de 2025

ENCONTRO DE MATEMÁTICA DO AGRESTE PERNAMBUCANO, 7.,2023, Caruaru. *Anais [...]. Even3, 2024.* Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/7emap/?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAacxAAu4CIWKbEYw7PUoPnC6rXZhfXJarDrAro5OMY3lz_vOmNmGvALJdtB0dA_aem_gA90aQh2w97X3tyWyyzdg. Acesso em: 19 de ago. de 2025.

HALMENSCHLANGER, V. *Etnomatemática: uma experiência educacional*. São Paulo, SP: Summus, 2001.

LIBÂNEO, J; OLIVEIRA, J e TOSCHI, M. *Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização*. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

LIMA, Paula; BARBOSA, Dayanne; NETO, Carlos; CARDOSO, Adriani; CARVALHO, Lidiane; CARVALHO, José. O uso de ferramentas digitais no ensino da matemática. *In: Encontro de Matemática do Agreste Pernambucano, 7., 2023, Caruaru. Anais [...]. Even3, 2024.*

MACIEL, Wesley. Possibilidades das práxis pedagógicas em perspectiva da inclusão da diversidade sexual em educação matemática. *In: Encontro de Matemática do Agreste Pernambucano, 7., 2023, Caruaru. Anais [...]. Even3, 2024.*





MANTOAN, M. Educação para todos: desafios, ações, perspectivas da inclusão nas escolas brasileiras. *ETD - Educação Temática Digital*, v. 1, p. 38–44, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/547>. Acesso em: 15 ago. 2025.

MARTINS, Jeisa; SILVA, Raquel; SACHINSKI, Ivanildo. Educação Especial e Educação Inclusiva: Quem são estes sujeitos na sociedade?. *In: Simpósio de pesquisa e Seminário de iniciação científica*, 5., 2020, Paraná. *Anais [...]* Paraná: UNESPAR, p. 10-24.

NASCIMENTO, Davi; MACIEL, Wesley, CARVALHO, José. Aquendendo saberes: a diversidade na aula de matemática. *In: Encontro de Matemática do Agreste Pernambucano*, 7., 2023, Caruaru. *Anais [...]*. Even3, 2024.

PASSOS, C. M. *Etnomatemática e educação matemática crítica: conexões teóricas e práticas*. 2008. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PRODANOV, C; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGO, T. Educação matemática Inclusiva. *Interfaces da educação*, Paranaíba, MS, v. 1, n. 3, p.84-92, 2010. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/interfaces/article/view/620>. Acesso em: 20 de ago. de 2025.

SÁ, Adriana; SILVA, Klebson; SALVADOR, Maria. O ensino da matemática para educandos com TEA: um estudo realizado nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola pública no sertão de pernambuco. *In: Encontro de Matemática do Agreste Pernambucano*, 7., 2023, Caruaru. *Anais [...]*. Even3, 2024.

SANTOS, Joseilda; CARVALHO, Ivanildo. Educação das relações étnico-raciais no ensino de matemática: percepções de professores de matemática no contexto de uma escola pública do município de Triunfo-PE. *In: Encontro de Matemática do Agreste Pernambucano*, 7., 2023, Caruaru. *Anais [...]*. Even3, 2024.

SANTOS, Paulo; SANTOS, Micaela. Potencializando a educação inclusiva: a sinfonia entre PIBID e jogos matemáticos. *In: Encontro de Matemática do Agreste Pernambucano*, 7., 2023, Caruaru. *Anais [...]*. Even3, 2024.

SILVA, Thaize; BRITO, Fred; SANTOS, Jaqueline. Ensino de matemática inclusiva por meio do jogo probabílicard: um estudo de caso em uma turma do primeiro módulo da educação de jovens e adultos. *In: Encontro de Matemática do Agreste Pernambucano*, 7., 2023, Caruaru. *Anais [...]*. Even3, 2024.

SILVEIRA, A; SILVA, H; MAFRA, J. Educação Inclusiva no Brasil. *Cadernos da FUCAMP*, Monte Carmelo, MG, v. 18, n. 33, p.126-133, 2019. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/1783>. Acesso em: 22 agosto 2025.





UCHÔA, M; CHACON, J. Educação inclusiva e educação especial na perspectiva inclusiva: Repensando uma educação outra. *Revista Educação Especial*, v.35, p. 1-18, nov. 2022. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/69277>. Acesso em: 16 ago. 2025.

UNESCO. *Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*, 1994.

